Das explorações africanas ao *Ultimatum* Inglês

Comunicação apresentada na Academia de Marinha pelo Membro Efectivo Dr. Rui Miguel da Costa Pinto, em 28 de Junho de 2011

Aventureiros, missionários, comerciantes, militares, degredados e naturais realizam as aspirações da coroa e delimitam os primeiros traços de fronteira no território. Entre 1511 e 1513, António Fernandes, em troca de perdão realiza ao serviço da coroa duas viagens onde sobe o Zambeze e se dirige à corte do Monomotapa. Aí obtém o respeito entre os chefes locais e recebe preciosas informações acerca da navegação nos rios, feiras e comércio local.

Outros o seguiram como Baltazar Gramacho, António Caiado e o mártir Pe. Gonçalo da Silveira.

À semelhança do que havia acontecido com as minas de prata no México, também os portugueses esperavam encontrar prata no Zambeze e Cambambe.

Entre 1569 e 1572 Francisco Barreto conduz cerca de mil homens numa importante missão ao Monomotapa. Todavia, o clima e a malária acabam por dizimar grande parte do seu exército. Este, num acesso de raiva responsabiliza os locais islamizados pela tragédia e ordena o seu massacre. Por ironia do destino também ele viria a adoecer e a morrer tal e qual os seus homens.

Substituído por Vasco Fernandes Homem, que já o acompanhara na malograda expedição, penetra algures no sertão e chega a Manica onde sobe o Zambeze e segue para Sena.

Estas incursões no terreno permitiam o conhecimento gradual desta área geográfica, abrindo aos cartógrafos novas perspectivas.

O papel das feiras foi decisivo na circulação de bens e pessoas, já para não falar da implementação de um sistema de trocas que viria a beneficiar o regime de monopólio dos capitães.

No “Sumário e Descrição do Reino de Angola” de 1592, Domingos de Abreu e Brito calcula a distância de 405 léguas entre Luanda e a ilha de Moçambique (quando na verdade era de 495 léguas), de que ainda faltariam percorrer 100 léguas desde o Alto Lucala até ao Monomotapa.
Em 1607, o governador angolano Manuel Pereira Forjaz atribui a missão de atingir o Monomotapa ao intrépido capitão Baltazar Rebelo de Aragão que já havia acompanhado D. Francisco de Almeida em viagem a Angola. Este penetra no terreno cerca de 133 léguas e não de 140 léguas, contrariamente ao que tinha sido afirmado, mostrando estar já muito perto do Monomotapa.
Luís Mendes de Vasconcelos antes de tomar posse como novo governador angolano propõe a criação de um vice-reino que ligaria Angola a Moçambique. Para o efeito dispõe-se a conquistar o Monomotapa, partindo de Angola.
Dominicanos e Jesuítas envolvidos no plano evangelizador da Santa Sé deixam obra escrita, como foi o caso de Frei João dos Santos, Pe. António Gomes. Pe. Manuel Godinho, Pe. Manuel Barreto, Sisnando Dias Baião e António Lobo da Silva.
Após o movimento restauracionista nas *conquistas ultramarinas*, um antigo piloto das naus da Índia e soldado de Angola apresenta, em 1646, um plano de travessia que consistia no envio de duas mil praças oriundas do Brasil com destino a África, com o objectivo de atingirem Urpande.
José Pinto Pereira, em 1656, enquanto capitão-mor dos rios de Cuama, referencia a feira de Uropande a 50 léguas do Cabo Negro ao sul de Angola[1]. Todavia o atlas de João Teixeira Albernaz, de 1630, marca essa mesma distância em 80 léguas.
Confiante na proximidade de Angola, José Pinto Pereira e Salvador Correia **de Sá e Benevides[2] estudam a fixação** no Zambeze de 500 casais de colonos, provenientes das ilhas junto à costa (Luabo e Querimbas) e de 400 soldados.

[1] A.H.U., *Moçambique*, Caixa 2, in PINTO, Rui Miguel da Costa, *Sobre a Presença dos Portugueses na Conta Oriental Africana (1640-1668),* Vol. III, Lisboa, Faculdade de Leiras de Lisboa, 1994, pp. 354-356
[2] Salvador Correia de Sá e Benevides, também ele do Conselho Ultramarino desde 1643 e general das frotas no Brasil em 1645. Em 1648 parte para Luanda para tomar posse como governador de Angola onde está até 1651. Responsável por muitas das derrotas dos holandeses e pela reconquista do território angolano e da ilha de São Tomé. Mais do que qualquer outro, este homem tinha bem presente as necessidades dos Engenhos do açúcar, de mão-de-obra escrava e das possibilidades que Moçambique oferecia como novo canal de abastecimento. Criou dificuldades aos holandeses ao impedir a saída de escravos para o Brasil aquando da sua permanência no território. Nos últimos anos da sua vida oferece-se para liderar uma outra expedição de Angola a Patê para conter a insurreição do seu sultão. O que era curioso, uma vez que já linha 76 anos de idade.

Não existe qualquer dúvida de que o plano era arrojado para não dizer impossível, numa região tão deficitária de homens, mesmo que para isso se recorresse à cafraria.

O certo é que o velho conselheiro não desiste justificando a sua posição com as minas de ouro e prata que, segundo ele, estavam ainda por descobrir no sertão africano.

Na sequência dos acontecimentos, o Conselho Ultramarino propõe ao rei que em havendo o cabedal necessário a tal empresa, se preparassem três embarcações, cada uma com 200 casais de voluntários a bordo vindos das regiões de Entre Douro e Minho e Ilhas para o povoamento dos rios. E que de Angola partissem de encontro às primeiras, duas outras embarcações com 400 infantes e naturais para as nascentes do Zambeze. Na viagem de regresso a expedição, acrescida de 50 cavaleiros, procuraria construir, no decurso do caminho, vários fortes.[3]

Para chefiar a expedição o Conselho Ultramarino escolhe André Vidal de Negreiros, natural da Paraíba, famoso no combate contra os holandeses que tinha acumulado diversos cargos de governação: Maranhão (1656-1666) Pernambuco (1657-1661 e 1667) e Angola (1661-1666). É essa a razão que leva o rei a não prescindir dos seus serviços e a substituí-lo por José Pinto Pereira.

O financiamento da expedição era calculado em cerca de 100 cruzados a serem adquiridos, em todo ou em parte, quer através de capital régio quer por intermédio de capital privado.

D. João IV morre antes de se pôr em prática o projecto, o que terá levado sem grande margem para dúvidas à interrupção do mesmo. Em 1661, António Alvares Pereira, capitão de Dambarare, escreve ao rei informando-o de que a distância a percorrer até atingir Angola não ultrapassava as 100 léguas. Pelo menos eram essas as informações de que dispunha, prestadas por naturais, viajantes e pilotos.

Manuel César Pereira, no seu *Discurso sobre a Conquista das Minas de Monomotapa*, diz que "...pellas noticias que se tem alcançado e alguns indícios e a altura se tem por certo não estar muito longe aquella nossa conquista de Angola, e que será fácil unir-se o que até agora não se há conseguido por ser a gente barbara e que não se comunica de huns lugares a outros, mas a experiência que tem facilitado em occasioens de perdas de nossas naus outros caminhos que parecião impossíveis usando por terra do

[3] A.H.U., *Moçambique*, Caixa 2, in PINTO, Rui Miguel da Costa, *Op. Cit.*, pp. 357-360 e 365-368

instrumento do astrolábio, e carta de marear, nos assegura que poderá conseguir-se o mesmo em estas partes”[4].

Em 1663, o padre Manuel Godinho dá conta do caminho que ainda faltava percorrer para chegar à Índia partindo de Angola. Segundo este, tornava-se indispensável atingir o lago Niassa que ficava a uma distância de menos de 250 léguas de Angola, para em seguida proceder à descida dos rios com destino a Sena e Tete. A partir daqui seria fácil, bastando que para tal se deslocassem a Quelimane e daí tomassem a direcção da ilha de Moçambique, por mar ou por terra.

Em 1665, o capitão-mor de Benguela José da Rosa tenta encontrar, embora sem êxito, a foz e grande parte do rio Cunene que erroneamente acreditava ser a extensão e o prolongamento do rio Zambeze. Anos mais tarde procura completar a travessia saindo de Massangano, mas é impedido pelos sobas de prosseguir a viagem.[5]

TENTATIVAS NO SÉC. XVIII

Entre 1666 e 1667, o governador angolano Tristão da Cunha procura obter notícias dos rios de Cuama, e envia Cosme de Carvalho (capitão-mor de Ambaca) e Manuel Rebelo de Brito. No séc. XVIII, o geógrafo francês ao serviço de D. João V, Bourguignon d’Anville, convencido da facilidade da travessia do continente defende a partida de dois grupos, em simultâneo, de Angola e Moçambique, de forma a se encontrarem.

O governador angolano D. António Alvares da Cunha quis subir o Cuanza e seguir para o rio Cuango, mas os riscos eram demasiado elevados por pôr em perigo a vida do sertanejo Manuel Correia Leitão[6] que consegue, no entanto, registar em comum com o piloto António Francisco Grizante, dados que permitiam agora orientar futuras expedições a partir do Sul.

Um dos homens que mais insistiu no projecto de travessia foi o governador de Angola D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, que teve o apoio dos sertanejos. A morte impediu-o de concluir a sua obra.

Em 1787, o Barão de Moçâmedes aposta na continuação das viagens para sul, à semelhança dos seus antecessores.

Alguns, como é o caso de Brant Pontes defendem que a travessia se devia executar, não por via militar, mas por via da exploração comercial.

Pombeiros de Angola e Mussambazes da costa oriental[7] têm importante papel no avanço dos portugueses no terreno.

---

[4] PEREIRA, Manuel César “Discurso sobre a Conquista das Minas de Monomotapa”, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 8ª série, nºs 9-10, 1888-1889, p. 540

[5] Só em 1754 é que Fernando Leal, governador de Moçâmedes descobre a foz do rio Cunene.

[6] O Jaga Caçange que controlava o rio Cuango.

[7] Negros ao serviço dos portugueses.

Em 1797, o ministro Rodrigo de Sousa Coutinho encarrega o recém-nomeado capitão de Sena, Francisco José de Lacerda e Almeida, de recolher o maior número possível de informações que levassem os portugueses a completar a travessia.

Silva Porto, com a ajuda dos pombeiros,[8] viria a protagonizar a terceira viagem para a costa oriental africana. Aqui contacta pela primeira vez com Livingstone o qual põe em causa os seus limitados conhecimentos científicos.

Responde-lhe Silva Porto em 1868, em trabalho encontrado no seu espólio publicado após a sua morte pela Sociedade de Geografia de Lisboa em 1891.

"O reverendo dr. David Livingstone mereceu, sem duvida, a corôa que seus concidadãos lhe votaram pelos serviços prestados n'estas partes de Africa; no entretanto, força é confessal-o, ella foi desfeita pelo illustre viajante, visto havel-a manchado com a peçonha da calumnia.

Quiz chegar aos fins importando-se pouco com os meios.

Em abril ou maio de 1853, no dia em que teve noticias minhas, um raio que lhe cahisse proximo não causaria a impressão que lhe produziu semelhante nova, porque, necessariamente havia de comprehender que, mais cedo ou tarde, teria de se achar em face de um competidor, obscuro pelo seu fraco talento, sim, mas testemunho vivo de prioridade nos mesmos logares em que o dr. se julgava com direito a chamar-se o primeiro europeu que os visitou. Ella não me pertence inteiramente, é certo, visto que outras pessoas percorreram esses mesmos logares antes de mim e muito antes do illustre viajante, mas pertence-me de facto, pois que essas pessoas eram enviadas por mim, existiam, e existem ainda, presentemente, no maior numero, ao meu serviço: umas naturaes de Loanda, outras de Golungo-alto, outras de Ambaca, outras de Pungo-andongo,outras, finalmente, do Bihé.

[8] A primeira viagem realizou-se entre 1802-1811, com os pombeiros Pedro João Baptista e Amaro José. Ver anexo

O illustre auctor do Exame não tem porventura provado até á evidencia que ella pertence desde epocha remota aos portuguezes?"[9]
Com o apoio do caminho-de-ferro e sob a direcção de Andrade Corvo, ministro do Ultramar, planos de desenvolvimento do corredor africano são estudados e preparados cuidadosamente promovendo-se um conjunto de expedições que marcariam decididamente a futura postura política face ao continente africano.

SÉC. XIX: AS VIAGENS DE CAPELO E IVENS

Após as viagens de exploração entre Angola e Moçambique por Hermenegildo de Brito Capelo e Roberto Ivens, de 1877 a 1880, a Sociedade de Geografia de Lisboa publica um mapa onde grande parte de África Central aparece agora sob domínio português abrindo inclusive uma subscrição pública para o estabelecimento de *estações civilizadoras* ao longo do território africano. Projecto cujo governo português não viria a apoiar publicamente.
"A Commissão Nacional Portugueza de exploração e civilisação d'Africa, da Sociedade de Greographia de Lisboa, abre uma subscripção permanente, cujo producto constituirá um *Fundo africano,* destinado a auxiliar a exploração scientifica, commercial e agrícola da Africa equatorial e austral, de Angola a Moçambique, a promover a educação moral e religiosa, e a desenvolver o habito do trabalho nas raças indígenas d'aquellas vastas regiões, procurando principalmente alcançar estes resultados pelo estabelecimento de estações civilisadoras.
Único. Quando á mesma Commissão pareça opportuno poderá esta acção civilisadora estender-se a outros pontos do domínio portuguez em Africa."[10]
Henrique Augusto Dias de Carvalho durante a sua campanha (apoiada pelo governo português, e pela Sociedade de Geografia de Lisboa) à região da Luanda[11], no Leste de Angola, entre 1884 e 1888, edificou *estações*

[9] PORTO, António Francisco Ferreira da Silva, *Silva Porto e Livingstone*. Manuscripto de Silva Porto encontrado no seu espólio , Sociedade de Geographia de Lisboa, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1891, p.7
[10] *Ao povo portuguez em nome da honra, do direito, do interesse e do futuro da Patria : a commissão do fundo africano creada pela Sociedade de Geographia de Lisboa para promover uma subscripção nacional permanente destinada ao estabelecimento de estações civilisadoras nos territórios sujeitos e adjacentes ao dominio portuguez em Africa* , Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, p.16
[11] Ver CARVALHO, Henrique Augusto Dias de, *Ethnographia e historia tradicional dos povos da Luanda,* Lisboa, Imprensa Nacional, 1890

civilizadoras, e a Congregação do Espírito Santo criou missões católicas junto do litoral, encetando alguma penetração no seu interior.
Henrique de Carvalho não conseguiu que houvesse uma ocupação efectiva com o objectivo de definir a fronteira nordeste de Angola, por falta de apoio quer do governo da metrópole quer do da colónia. Defendia o caminho-de-ferro de Ambaca até Malanje e a navegação no Cuango.
"O que a Congregação do Espírito Santo iria propor ao governo português e que começava a ser compreendido pelos "africanistas" era que, através das missões, se podia colonizar a África com africanos e dar-lhe a mesma validade, a nível do direito internacional, que auferiam os estabelecimentos europeus. Esta foi a grande proposta inovadora que viria permitir uma conciliação de interesses, sem necessidade de cedências, quer da parte da Igreja quer da parte do Estado."[12]
A segunda expedição de Capelo e Ivens (1884-85), desta vez promovida pelo próprio Governo e pela Sociedade de Geografia de Lisboa leva-os a completar a travessia, o mais rapidamente possível, pelo receio que outras potências europeias reclamassem o território que mediava as duas costas. Quase em simultâneo, o major Serpa Pinto e o guarda-marinha Augusto Cardoso avançam em direcção ao Norte de Moçambique.
A luta diplomática iniciava-se pela posse da terra. Britânicos e alemães reclamavam a sua fatia do bolo baseados em pressupostos considerados inaceitáveis para Portugal.
Quando em 1870 se julgava desaparecido Livingstone, o jornalista americano Stanley encontra-o e divulga os resultados das expedições do missionário britânico, de tal forma que o "New York Herald" e o "Daily Telegraph" entusiasmados pelos resultados financiam o mesmo para se deslocar a África em 1874.
Os belgas entram na corrida, quando Leopoldo II, em face do crescimento demográfico do seu país, resolve disputar os mercados africanos, chegando a convocar uma Conferência Internacional de Geografia em 1876 sem que Portugal fosse convidado, que deu origem à *Associação Internacional Africana*, supostamente uma agremiação de carácter científico e humanitário com o fim de fomentar a exploração e a civilização da África Central mas que na prática tinha também objectivos políticos. Chama a si o jornalista americano Stanley para dar visibilidade à causa da *Associação Internacional do Congo.*

[12] Ver SANTOS, Maria Emília Madeira e TORRÃO, Maria Manuel Ferraz, *Missões Religiosas e Poder Colonial no Século XIX*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga - Instituto de Investigação Cientifica e Tropical, 1993

“O rei Leopoldo surgiu como uma espécie de árbitro na cobiça e na rivalidade das grandes potências e na Bélgica como um competidor inofensivo mas útil entre a Inglaterra, a Alemanha e a França.”[13]
França envia o Conde Savorgnam de Brazza, em viagem de exploração à costa ocidental africana.
Os alemães pareciam agora dispostos a entrar na corrida com o lançamento de uma conferência em Berlim, onde o princípio da ocupação efectiva do litoral do continente africano se sobrepôs aos direitos históricos, tão incansavelmente defendidos pelo Governo português, apesar da teimosia britânica para que o pressuposto fosse extensível a todo o continente.[14]

Organizada pelo “chanceler de ferro” Otto von Bismarck, os trabalhos estenderam-se entre Novembro de 1884 e Fevereiro de 1885 com a presença de catorze países, entre os quais Portugal — representado por Luciano Cordeiro, António Serpa Pimentel e António José da Serra Gomes (Marquês de Penafiel). Acompanharam ainda esta missão Carlos Roma du

---

[13] MARQUES, A. H. de Oliveira, *Historia de Portugal Das Revoluções aos Nossos Dias*, Volume III, Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp.219-229
[14] T E I X E I R A, N u n o S e v e r i a n o "O Ultimatum Inglês - Política Externa e Política Interna no Portugal de 1890”, in, *Análise Social*, nº 98, Lisboa, 1987, p.692

Bocage (adido militar), José P. Ferreira Felício (adido) e Manuel M. de Sousa Coutinho (segundo secretário).
Era muito difícil a Portugal, em período de crise financeira e num curto espaço de tempo colocar militares e uma rede de funcionários administrativos em todas as possessões sob a nossa soberania.
"Antes da Conferência de Berlim, a presença portuguesa nas colónias oriental e ocidental limitava-se à administração e ocupação de áreas estratégicas ao longo da costa e de pouca profundidade para o interior. (…) a situação deficitária e política não permitiu dispensar os meios para uma mais larga colonização efectiva, em particular da vasta área entre Angola e Moçambique que havia sido objecto apenas de viagens de exploração. Amputado o império, a burguesia saída da Revolução de 1822 continuou a tirar proveito dos negócios brasileiros e viraram-se as costas a África. (…) Em Angola e Moçambique, por sua vez, a população branca não ultrapassaria 25 mil pessoas."[15]
Apesar da fundação da Empresa Nacional de Navegação em 1881 para operar regularmente entre Lisboa e Moçâmedes[16], da ligação por cabo submarino de todas as colónias a Lisboa, da abertura de estradas para o interior, do desenvolvimento do caminho-de-ferro entre Lourenço Marques e a fronteira com o Transvaal (tinha-se chegado à fronteira de Ressano Garcia) e do começo dos trabalhos da Beira para a ex Rodésia bem como de Luanda para o interior, isto não será o suficiente para convencer as potências rivais.
As Sociedades de Geografias europeias acolhiam com grande pompa os seus exploradores recompensando-os com homenagens e condecorações. Assim se justificou, muito pela iniciativa de Luciano Cordeiro a criação em 1875 da Sociedade de Geografia de Lisboa.

DO TRATADO DO ZAIRE AO *ULTIMATUM*

No Tratado do Zaire, de 26 de Fevereiro de 1884, a Inglaterra reconhece a hegemonia portuguesa na foz do rio Zaire "da costa ocidental africana entre 5º 12' e 8º de latitude sul e que se prolongava pelo interior do rio Zaire até Noqui e daí até aos limites das possessões das tribos da costa e marginais"[17], retirando, como contrapartidas, a liberdade de comércio e navegação no Zaire, Zambeze e afluentes e de comércio livre de impostos no reino do Congo, ficando Portugal em desvantagem para poder competir

[15] http://www.soberaniadopovo.pt/portal/index.php?news=13083
[16] http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1639
[17] Tratado do Zaire em Negócios Externos, 1885 — A Questão do Zaire II, p. 183

comercialmente. Mas a oposição dos governos francês e alemão, e do rei Leopoldo da Bélgica, pelos interesses que tinham sobre o território impediram a sua concretização. “ *O acordo encontrava igualmente resistências em Portugal, vindas do nacionalismo imperial, a que neste caso se somavam as das empresas da praça de Lisboa especializadas no comércio com Angola, que viam com maus olhos a baixa nas tarifas alfandegárias coloniais nele estipuladas.”*[18]

[18] ALEXANDRE, Valentim, *O Império Africano. Séculos XIX e XX*, Lisboa, Edições Colibri e Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2000, p.17-18

Para penetrar mais facilmente no mercado os ingleses defendem a causa abolicionista em África.
As potências europeias inglesa, francesa, alemã, holandesa e espanhola e os próprios Estados Unidos descontentes com os resultados protestam exigindo a anulação do tratado por "(...) serem desprezíveis os direitos históricos e antiquíssimos de Portugal naquela área (...)"[19], e a Inglaterra vê-se obrigada assim a renunciar ao mesmo. O Ministro dos Negócios Estrangeiros Português, José Vicente Barbosa du Bocage (Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa entre 1877-1883[20]), sugeriu ao Governo Inglês a realização de uma Conferência Internacional, visando a resolução do problema.

[19] A.V. , *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974),* Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1º volume, Lisboa, Estado-Maior do Exército, 1989, p. 33
[20] AIRES – BARROS, Luís, " Breve evocação dos presidentes da sociedade de geografia de Lisboa: cento e trinta anos ao serviço da nação", in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, 2005, pp. 9-80

Contudo a Conferência de Berlim não foi a consequência directa do plano português dum “corredor” africano ou mesmo da questão do Zaire. A conferência pretendia demarcar “a “bacia convencional” do Congo ou Zaire, a estabelecer as regras da concorrência imperialista nessa região, a deliberar sobre a liberdade de navegação no Níger, a estatuir sobre o tráfico de escravos e a fazer uma “declaração que introduz nas relações internacionais regras uniformes relativamente às ocupações que poderão realizar-se no futuro nas costas do continente africano”.”[21] (ver Capítulo VI da Acta Geral de Berlim em anexo)

Thomas Pakenham considerava que "In the years ahead people would come to believe that this [General] Act [and Conference] had had a decisive effect. It was Berlin that precipitated the Scramble. It was Berlin that set the rules of the game. It was Berlin that carved up Africa. So the myths would run. It was really the other way round. The Scramble had precipitated Berlin. The race to grab a slice of the African cake had started long before the first day of the conference. And none of the thirty-eight clauses of the General Act had any teeth. It had set no rules for dividing, let alone eating, the cake."[22]

O homem por detrás do projecto era Cecil Rhodes (primeiro-ministro da Colónia do Cabo) que apoiado pela Grã-Bretanha pretendia levar a cabo o projecto megalómano da ligação Cabo-Cairo. Procura por todos os meios impedir as negociações e inviabilizar qualquer acordo entre Portugal e a Grã-Bretanha, inclusive a venda de espingardas Martini e munições aos régulos matabeles. Era também conhecido por “Colosso de Rhodes” ou “Napoleão do Cabo”, entrando também em conflito com os alemães, holandeses, boers e com Paul Kruger, que foi o fundador e Presidente do Transval que liderava o movimento de resistência ao domínio britânico.

A diplomacia britânica acaba pois por se tornar refém dos interesses económicos da poderosa e majestática “British South African Company” fundada em 1899 por Cecil Rhodes[23] para se opor aos portugueses e alemães. Era-lhe permitido explorar todos os territórios a norte do Transval,

---

[21] GUIMARÃES, Maria Ângela, *Uma Corrente do Colonialismo Português*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, p.22

[22] PAKENHAM, Thomas, *The Scramble for Africa, 1876-1912*, s.e., Londres, Abacus, 1992, p. 254, In “A Questão Colonial na Política Externa Portuguesa: 1926-1975” in ALEXANDRE, Valentim, *O Império Africano. Séculos XIX e XX*, Lisboa, Edições Colibri e Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2000, pp. 137-165

[23] A 15 de Outubro de 1889 recebe os privilégios majestáticos da coroa britânica que lhe possibilitava exercer a superintendência administrativa sobre os territórios, cobrando impostos, assegurando o policiamento mas também criar forças militarizadas e justiça privadas. O pendão da companhia mais parecia uma bandeira nacional.

com possibilidades de instalar caminhos-de-ferro, telégrafos, manter tribunais e força pública.[24]

A Portugal ser-lhe-iam reconhecidos os territórios da margem esquerda do rio Congo, até Noqui, Cabinda e Molembo a norte do mesmo rio, mas é forçado a reconhecer o princípio da livre navegação dos rios internacionais.
À parte das reuniões formais, as diversas potências negociaram a ratificação do Estado Livre do Congo, sob a autoridade do rei Leopoldo da Bélgica, que viria a consagrar uma vasta superfície na África Central.
Pressionado pelo governo inglês, em 1885, Portugal assina a convenção com a Associação Internacional do Congo, onde reconhece a delimitação de fronteiras encontradas pelos seus pares europeus.
No ano seguinte, são assinados com "a França e com a Alemanha dois tratados que definiam os limites fronteiriços na Guiné, no sul de Angola e no norte de Moçambique. Segundo o primeiro destes acordos, Portugal perdia vários territórios na bacia do Casamansa, compensados em parte

[24] GAIVÃO, António Mascarenhas, *Gazeta d'Orey,* Apêndice, nº21, Dezembro, 2009 http://www.dorey.pt/gazetas/apend_gazeta21.pdf

pelo facto de a França[25] reconhecer a fronteira norte de Cabinda. Pelo tratado com a Alemanha, a fronteira meridional de Angola era fixada no rio Cunene e a de Moçambique no curso do rio Rovuma. Ambas estas linhas de fronteira sacrificavam os interesses e as pretensões tradicionais de Portugal — nomeadamente a costa angolana até ao Cabo Frio"[26]

Nas "Colónias Portuguesas" de Janeiro de 1886 podia ler-se com o título *As Terras d'Além-Mar em Grande Perigo,* o seguinte:

"Oprimem-nos a França e a Inglaterra na Guiné, a Bélgica e a Alemanha na província de Angola, os Bóeres e os Ingleses em Moçambique, e assim se acumulam os perigos. ..." [27]

Em Março de 1887 o capitão Alfredo Augusto Caldas Xavier prontificou-se a realizar uma nova travessia, no que foi apoiado pela Comissão Africana da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Com a subida ao poder do governo progressista de José Luciano de Castro, o germanófilo Henrique Barros Gomes primeiro enquanto ministro da Marinha e Ultramar depois como ministro dos Negócios Estrangeiros do governo progressista apresentou à Câmara dos Deputados em 1887 um mapa da África meridional portuguesa conhecido por Mapa Cor-de-Rosa[28] (datado de 1886). Apoiava as intenções da Sociedade de Geografia de Lisboa, da qual também era sócio, no sentido de promover as expedições que pudessem assegurar tal projecto.

A 13 de Agosto de 1887 o governo britânico protestava formalmente contra toda e qualquer ocupação territorial que não fosse efectiva. Portugal recusava as alegações e a correspondência diplomática intensificava-se entre as chancelarias de Londres e Lisboa.

Em 1887, o coronel Paiva de Andrade ocupa a Zambézia. Em 1888, o tenente Victor Cordon e o capitão-tenente António Maria Cardoso, o Niassa e outras regiões do norte de Moçambique.

---

[25] "O governo da República Francesa reconhece a Sua Majestade Fidelíssima o direito de exercer a sua influência soberana c civilizadora nos territórios que separam as possessões portuguesas de Angola e de Moçambique, sob reserva dos direitos anteriormente adquiridos por outras potências, e obriga-se pela sua parte a abster-se ali de qualquer ocupação."

[26] MARQUES, A. H. de Oliveira *Op. Cit.*, pp.219-229

[27] "As Terras d'Além-Mar em Grande Perigo", in *As Colónias Portuguesas,* nº 1, Lisboa, ano IV, Jan., 1886 In SANTOS, Maria Emília Madeira, *Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988, p.363

[28] Compreendia as regiões a sul do paralelo 11° S e até ao paralelo 18,5° S. Do meridiano 26° (oeste de Greenwich) para nascente continuando para sueste até ao distrito de Gaza. Ou seja quase toda a Zâmbia, o Malawi e o Zimbabwe.

A 8 de Novembro de 1889[29], Serpa Pinto após a ocupação de Tungue é atacado pelos Macololos e Machonas, que aproveitam o facto para se queixarem dos acontecimentos passados no Chire[30] junto da Inglaterra que

[29] Entre 1898 e 1899 sucedeu o designado Incidente de Fachoda que, colocou a França e Inglaterra à beira de uma guerra.
[30] Actual Zimbabwe.

não hesitou em protestar formalmente ao governo português através do embaixador inglês em Lisboa, Mr. Petre.
No vale do Chire, Serpa Pinto tinha-se deparado com a bandeira inglesa hasteada a qual mandou arriar de imediato, e com os Macololos insubmissos. Quando a 20 de Abril de 1890 o Major Serpa Pinto regressou a Lisboa, o rei quis recebê-lo de imediato, tendo solicitado ao ministro da Marinha que "me mande ele dizer o dia e a hora em que aqui poderá vir" "desejo muito vê-lo".[31]
O tenente de marinha João de Azevedo Coutinho acaba por conquistar a região e obriga os chefes africanos à rendição. Os ingleses consideraram estar perante uma situação de confronto.
"O Governo de Sua Majestade recebeu notícias baseadas na autoridade do bispo anglicano Smithies, bem como dum viajante francês, que os Macololos foram atacados pelo major Serpa Pinto depois do cônsul Bucham lhe ter declarado que eles estavam sob protecção de Inglaterra... O Governo de Sua Majestade lembra a V. Exa. que o ataque dirigido contra os Macololos depois de o representante britânico ter anunciado que estavam sob protecção de Sua Majestade é uma grave infracção dos direitos duma potência amiga... Tenho a honra de solicitar a V. Exa. uma resposta com a brevidade possível."[32]
Lisboa apenas respondeu à nota inglesa em Dezembro de 1889, mas a imprensa inglesa começa então uma campanha contra Portugal. Artur Paiva explora os territórios entre o Cubango e o Cunene e Paiva Couceiro, em 1890, chega à zona do Bié. [33]
"Mapa Cor-de-Rosa, que mais não é do que um mapa ilustrativo que acompanha dois tratados que Portugal realiza em 1886 com a França (Maio) e com a Alemanha (Dezembro), na sequência da Conferência de Berlim e pelos quais define ias suas pretensões à zona de influência no interior das suas possessões."[34]
No acordo luso-alemão são reconhecidas as fronteiras a Norte de Moçambique e a Sul de Angola comprometendo-se Portugal a abrir mão da margem esquerda do rio Cunene, local onde se negociava o marfim com o interior de Moçâmedes.
Mas os ingleses opuseram-se a ambos os tratados, pois segundo eles aquelas potências nunca tiveram interesses nos territórios em questão,

---

[31] RAMOS, Rui, *D. Carlos*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p.61
[32] TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Ultimatum Inglês Política Externa e Política Interna no Portugal de 1890*, Lisboa, Edições Alfa, 1990
[33] SANTOS, Maria Emília Madeira, *Op. Cit.*, p.358
[34] GUIMARÃES, Maria Ângela, *Uma Corrente do Colonialismo Português*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, pp.145-146

acabando os tratados por não passarem de uma simples declaração de princípios.

Em finais de 1889 o primeiro-ministro inglês, Lord Salisbury, afirmava que Portugal era *"uma pequena potência muito irritante"(…)só reage a ameaças"*[35]. Ainda pensou em ocupar Goa, mas teve na oposição o governo colonial da índia.

A Sociedade de Geografia de Lisboa considerava que a melhor forma de fazer valer os nossos direitos em África seria a construção de caminhos-de-ferro e do alargamento das linhas telegráficas que permitiam o desenvolvimento comercial da região, nomeadamente o da exploração mineira.

Assim apresentou em Novembro de 1889 uma proposta de criação de uma rede telegráfica entre Quelimane, Niassa, Tete, Zuiribo, Manica, Beira, Sofala, Inhambane e Lourenço Marques; de um projecto de construção de linhas de caminhos-de-ferro de Inhambane ao Transval, da Beira ao Alto Sanhate e de Lourenço Marques até à fronteira do Mussate; de uma forma de atrair emigrantes para se fixarem no Zambeze e em Lourenço Marques, de preferência no distrito de Inhambane e na Maxona.[36]

A 11 de Janeiro de 1890 o embaixador inglês em Lisboa, Georges Petre entrega a Henrique Barros Gomes e ao Ministro da Marinha e do Ultramar Frederico Ressano Garcia, um ultimatum (ver anexo). Barro Gomes solicitou ao ministro britânico que escrevesse uma comunicação para a poder comunicar de forma correcta aos seus colegas de governo.[37] Com este memorando, Lorde Salisbury procurava intimidar Portugal para se retirar da África Austral e pôr fim às ambições portuguesas. O não cumprimento acarretava a interrupção de quaisquer relações diplomáticas e o confronto bélico em África. A esquadra de Gibraltar levava instruções para se dirigir a África Austral e a esquadra do Índico para ocupar Moçambique.

Nessa noite reúne o Conselho de Estado dirigido pelo rei D. Carlos, com Serpa Pimentel, J. Luciano de Castro, Augusto César Barjona de Freitas, Barros Gomes, Abreu e Sousa e o conde de S. Januário.

---

[35] SALISBURY, Andrew Roberts , *Victorian Titan*, Londres, Phoenix, 1999, pp.520-522 in RAMOS, Rui, *Op. Cit.*, p.58

[36] *Actas das Sessões da Sociedade de Geografia de Lisboa*, vol. IX, Lisboa, 1889, pp. 95-105 (11 de Novembro de 1889). *Actas das Sessões da Sociedade de Geografia de Lisboa*, vol. X, Lisboa, 1890, pp. 17-18 (Novembro de 1889). Ver também SANTOS, Maria Emília Madeira, *Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988

[37] MAGALHÃES, José Calvet de, *Portugal e Inglaterra: de D. Fernando ao mapa cor-de-rosa (II)* in http://www.janusonline.pt

O major Serpa Pimentel numa atitude fleumática preconiza a insatisfação face a uma possível rendição.
O ministro Henrique Barros Gomes declarava:
Em presença duma ruptura iminente das relações com a Grã-Bretanha e todas as consequências que poderiam dela derivar, o governo resolve "ceder" às exigências recentemente formuladas nos dois últimos memorandos, ressalvando por todas as formas os direitos da Coroa de Portugal nas regiões africanas de que se trata, protestando bem assim pelo direito que lhe confere o artigo 12.° do Acto Geral de Berlim de ser resolvido o assunto em litígio por mediação ou arbitragem. O Governo vai expedir para o Governo-Geral de Moçambique as ordens exigidas pela Grã-Bretanha.[38]
Era a tentativa algo desesperada, de salvar a face para uma possível mediação efectuada por terceiros, só que a recusa não tardou por o governo inglês considerar *que "que aquele artigo só pode ter execução no caso de as duas partes litigantes estarem de acordo em recorrer quer a uma mediação, quer a uma arbitragem"*.
A 13 de Janeiro o deputado progressista Dr. Eduardo de Abreu entra no *Martinho da Arcada* e incita os populares que ali se encontravam à contestação nas ruas:
"Meus senhores: a manifestação de hoje deve ser a ultima, até novos acontecimentos visto que já temos governo constituído. Por isso proponho que vamos todos cobrir de crepe a estátua do grande poeta nacional que simbolisa a alma da pátria. Coroamos, assim, brilhantemente as nobres afirmações do nosso patriotismo".
Liderando a turba desloca-se ao Largo de Camões onde "Em torno do monumento foram colocados cartazes em que se lia o seguinte: Estes crepes que envolvem a alma da pátria são entregues ao respeito e guarda do povo, da mocidade académica, do exército e da armada portuguesa. Quem os arrancar ou mandar arrancar é o último dos covardes vendido à Inglaterra"[39]
No parlamento Eduardo Abreu sugere, de forma irónica, que os deputados fossem autorizados a deslocarem-se ao Castelo de S. Jorge canhonear a estátua de Camões, que fosse entregue a Lord Fife o mosteiro da Batalha e à Rainha Vitória o mosteiro dos Jerónimos para depósito de carvão e gás.[40]

[38] TEIXEIRA, Nuno Severiano, *Op. Cit.*

[39] FORJAZ, Jorge Pamplona, *Correspondência para o Dr. Eduardo Abreu. Do Ultimato à Assembleia Constituinte (1890-1911)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 2002, p. 40
[40]Idem, *Ibidem*, p.41

No primeiro Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa de 1890 é lavrado um protesto da mesma a *todas as academias, sociedades, institutos e jornaes das suas relações.*

Em resposta ao apelo, para além de inúmeras instituições e particulares nacionais a Sociedade de Geografia de Madrid solidariza-se com a sua congénere portuguesa, enviando um telegrama aderindo aos "protestos de geográfica Lisboa contra conducta Inglaterra invitando sociedades geográficas dei mundo tomen igual resolución en nombre ciência geográfica y derechos históricos"[41]

A Sociedade de Geografia de Madrid enviou a todas as agremiações congéneres europeias, uma mensagem em favor dos direitos portugueses. (ver anexo).

Consequências da política interna não se fizeram esperar e o Partido Regenerador por intermédio da Gazeta de Portugal incitava à oposição ao Partido Progressista então no governo com expressões insurreccionistas *"esses traidores e cobardes que deveriam ter o seu castigo neste mundo"* ou *"Que se faça justiça a essa gente e que não haja demoras nem delongas."*

A 20 de Janeiro de 1890, o Secretário Perpétuo da Direcção da Sociedade de Geografia de Lisboa, Luciano Cordeiro, comunicava aos sócios o seguinte:

"Resolveu ainda a direcção depor opportunamente, perante os poderes públicos da nação, a renovação do voto, tantas vezes e por varias maneiras formulado pela Sociedade de Geographia de Lisboa, durante os quatorze annos da sua vida de persistente trabalho, propaganda c consulta, de que uma remodelação da politica e da administração colonial, imprimindo a uma e a outra um movimento disciplinado e pratico, as ajuste firmemente em todos os seus termos, ás necessidades o aos interesses o tradições da economia da nação."[42]

A Sociedade de Geografia de Lisboa *"centraliza um amplo movimento de protesto antibritânico, formulando várias moções que dirige aos órgãos do poder político assim como a diversas instituições nacionais e estrangeiras"*[43]

Criou-se então uma " Subscrição Nacional para a Defeza do Paiz " cujo " *patriotismo posto em prova, encheu litteralmente o salão do theatro da Trindade de cidadãos de todas as classes sociais, accudindo ao*

[41] Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 9ª série, nº 1, Imprensa Nacional, 1890, p.24

[42] Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 9ª série, nº 1, Imprensa Nacional, 1890, pp.54-55

[43] GUIMARÃES, Maria Ângela, *Op. Cit.*, p.189

chamamento d'um punhado de patriotas, na memoravel noite de 23 de Janeiro de 1890, onde se nomeou uma grande Commissão para se promover uma subscrição afim de se adquirirem todos os possíveis elementos maritimos de defeza para a Metropole e Colonias. "[44]

A comissão de subscrição nacional era constituída por 259 vogais de todas as convicções e partidos tendo como figura mais conservadora o Cardeal Patriarca e a mais radical o republicano Manuel de Arriaga. O presidente da sua comissão executiva era o Marquês de Pomares e seu vice-presidente o Duque de Palmela. Como vogais foram eleitos: Eduardo Abreu; Teófilo Braga; Marquês da Praia e Monforte; Rosa Araújo, Latino Coelho; Sousa Martins; Fernando Palha; Salgado Zenha; Bordalo Pinheiro; Roberto Ivens; Luciano Cordeiro e António Enes.

A 1.ª sessão da Comissão Executiva foi realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa, tendo Eduardo Abreu sido eleito seu secretário.[45]

Teve como objectivo subvencionar a aquisição de embarcações de guerra, como foi o caso do cruzador Adamastor construído em Itália. Realizaram-se festas e saraus com este propósito.

D. Carlos contribuiu com 40 contos, as rainhas com 20 contos cada uma e o infante D. Afonso com 5 contos.

O duque de Palmela foi o primeiro nobre a insurgir-se contra o ultimatum restituindo as condecorações britânicas que tinha desde a Guerra da Crimeia e resolve conceder um ano de receita da sua casa para a Grande Subscrição Nacional. O conde de Porto Covo e o duque de Cadaval associam-se a esta iniciativa.

Também o marquês de Pomares (futuro presidente da Subscrição Nacional) cujo património imobiliário estava segurado a uma companhia seguradora inglesa transfere o mesmo para companhias seguradoras portuguesas seguido pelo marquês de Rio Maior. O conde Burnay que tinha dois filhos a estudar em Londres, ordena o seu regresso a Portugal.

Segundo a própria imprensa Republicana, D. Carlos "teria feito notar a inoportunidade de ser na presente conjuntura investido na Ordem da Jarreteira" e a imprensa monárquica dizia que este "resignou à comenda da Ordem Inglesa do Banho que lhe fora conferida quando era príncipe real e declarou à rainha Vitória que rejeitava a Ordem da Jarreteira que lhe fora conferida e em que havia de ser investido".

O Século indicava que "apenas teria feito notar a inoportunidade de ser na presente conjuntura investido na Ordem da Jarreteira"[46]

---

[44] http://digitarq.dgarq.gov.pt/?ID=4187670

[45] FORJAZ, Jorge Pamplona , *Op. Cit.*, p.42

[46] TEIXEIRA, Nuno Severiano, *Op. Cit.*

D. Amélia reagiu ao ultimatum de forma um pouco romântica “devíamos cair de armas na mão em vez de aceitar tal ultimato”. Só depois “compreendi que os reis não têm o direito de jogar com a existência do seu povo”.

O apelo ao sentimento nacional revestia agora algumas formas quase caricatas que levavam a atitudes de algum chauvinismo, vejamos pois algumas dessas expressões:

“Morra a Inglaterra”; “Abaixo os piratas”; “Guerra, guerra sem tréguas ao comércio e às indústrias inglesas.”; “Não se compra e nem se vende a Ingleses.”; “Morte aos Ingleses”.

“...povo ferozmente egoísta e descaroàvelmente ingrato”; “... só é forte com os fracos : diante dos fortes cai de rastos!”; “... se fossemos fortes, a Inglaterra beijar-nos-ia os pés”.[47]

Na toponímia a população alfacinha muda o nome da “Travessa dos Inglesinhos” para “Travessa dos Ladrões”, o da “Travessa do Enviado de Inglaterra” para “Travessa do Diabo Que o Carregue”.

Uma “libra” passa a designar-se por uma “ladra”, um “*beef*”, por um “patife”, uma “inglesada” por “um roubo”, a “prisão dum inglês” por “prisão dum ladrão” ou “preso por inglesar”.

Nomes anglófonos acabam por ser aportuguesados como a revista *High-Life* e o jornal *O Repórter,* que passaram a intitular-se de *Alta Sociedade* e *O Português*. O mesmo se passa com inúmeros estabelecimentos comerciais.

Por todo o lado recitava-se em lágrimas o poema *Finis Patriae* de Guerra Junqueiro*:*

“Ó cínica Inglaterra, ó bêbeda impudente,
Que tens levado, tu, ao negro e à escravidão?
Chitas e hipocrisia, evangelho e aguardente,
Repartindo por todo o escuro continente
A mortalha de Cristo em tangas d'algodão.”

A residência de Henrique Barros Gomes é apedrejada por manifestantes. Já não era possível o governo progressista manter-se em funções acabando por lhe suceder, a 14 de Janeiro de 1890, um novo governo regenerador chefiado por Alberto de Serpa Pimentel.

“Dir-se-hia e assim era, com effeito, que o governo não via com bons olhos as demontrações populares, não porque ellas pozessem em perigo serio o socego das ruas, mas porque não eram de molde a chamar a Inglaterra a sentimentos conciliadores. Effectivamente, o gabinete Serpa Pimentel e o

[47] MARQUES, Oliveira, *Os caminhos históricos das fronteiras de Angola*, Jornal de Angola, 03 de Dezembro, 2009 in http://jornaldeangola.sapo.ao/20/0/os_caminhos_historicos_das_fronteiras_de_angola_2

seu ministro dos estrangeiros, Hintze Ribeiro, não tinham então outro objectivo que não fosse o de chegar com o governo britannico, a um accordo, que pozesse termo á situação instavel em que haviam ficado as relações entre os dois paizes, depois da especie de rompimento do *ultimatum.*"[48]

O governo proíbe um comício no Coliseu, bem como uma manifestação patriótica onde se desejava depor uma coroa de flores na estátua de Camões. Manuel de Arriaga e Jacinto Nunes, entre outros cidadãos, são transportados para bordo de vasos de guerra. O governo impede alguns espectáculos, confisca jornais, desmembra a Câmara Municipal e a Associação Académica, acabando por dificultar o trabalho da Comissão da Subscrição Nacional.

Rafael Bordalo Pinheiro no jornal "Pontos nos ii" procede a uma crítica corrosiva e avassaladora sobre o Ultimatum e a politica portuguesa na qual D. Carlos ("traição dos Braganças") e o Governo são alvos privilegiados, salvando-se o major Serpa Pinto apelidado de "heróico explorador que atravessou a África no meio de triumphos, e é elle só, a verdadeira e única encarnação do espírito nacional, isempto de toda e qualquer macula partidária"[49] (falta qualquer coisa, não?) e através da emblemática figura

[48] "Correio da Extremadura" in *Correio do Ribatejo*, Sexta, 19 Fevereiro 2010 http://www.correiodoribatejo.com/index.php?option=com_content&view=article&id=874:o-31-de-janeiro-a-revolta-do-porto-conclusao&catid=50:noticias-de-topo

[49] *Pontos nos ii*, 9 de Janeiro de 1890

do Zé Povinho do caricato John Bull figura representativa dos interesses britânicos. Os periódicos Punch, Times e o Standard são reduzidos à imagem de galinhas.
“Não hão-de ser demonstrações rethoricas e indignadas que farão sentir ___ _____caverna de bandidos que se chama Inglaterra, a violencia da infâmia que nos fez. Explosões de palavras, o vento as leva, sem outra memoria deixarem de si a mais do que cançaços inúteis e anedoctas. A guerra de Portugal à Inglaterra deve concentrar-se agora, na GUERRA DE PORTUGAL AO INGLEZ??? . E essa, inicial e por todas as formas, sem afrouxamento, nem treguas. Não ha em Portugal fabrica ou industria onde o inglez não esteja a viver do nosso dinheiro – Expulsemol-o! Não ha armazém de mercadorias onde o fornecimento mais grande não seja inglez –Substituamol-o! Navio que não venha d’Inglaterra, machina que não venha d’Inglaterra, dinheiro que não venha d’Inglaterra! Eliminemos p’ra sempre esse traiçoeiro paiz das nossas relações commerciaes, tão rapido quanto possivel seja, e imponhamo-n’os todos o dever não vêr fim a esta campanha d’odio, de sangue mesmo e de vingança, ensinando-a nas escolas aos nossos filhos, e fazendo-a valer em factos, de que o esforço de homem para homem não seja mesmo eliminado.”[50], mas cedo Rafael perceberia a inutilidade do discurso patriótico, o Zé Povinho do "Comité da Subscrição Nacional" é agora uma figura teatral com as actas na mão cuja legenda refere “Até agora, as reuniões só teem sido amostras da loquella publica, onde o Hamlet diria com sobeja razão-Palavras e mais palavras, só palavras!”[51]
A 20 de Agosto de 1890 é assinado em Londres pelo primeiro-ministro inglês, Lord Salisbury, e o conselheiro português Augusto César Barjona de Freitas um tratado em que se reconhece a soberania inglesa sobre toda a região do Chire até ao Zambeze, em troca do reconhecimento do domínio português no planalto de Manica e uma relevante zona de Angola.
Como contrapartida Portugal podia traçar estradas, caminhos-de-ferro e linhas telegráficas nos territórios a norte do Zambeze reservados à autoridade britânica**,** que para além das vinte milhas a norte do Zambeze, ficava dez milhas a sul do Zambeze, desde Tete até à confluência daquele rio com o Chobe. A Grã-Bretanha passava a ter liberdade de navegação e tráfego de mercadorias no Zambeze e no Chire para o porto da Beira, obrigando-se Portugal à edificação dum caminho-de-ferro na respectiva região, prometendo não ceder os territórios que lhe eram ratificados pelo tratado sem o antecipado consentimento do governo inglês.

---

[50] *Pontos nos ii*, 9 de Janeiro de 1890
[51] SERRA, João B., “O Ultimatum visto por Rafael Bordalo Pinheiro”, *Publico*, “Publico-Magazine”, Abril de 1990

"O tratado que, nas condições difíceis em que foi negociado, era bastante aceitável, foi violentamente atacado no parlamento, na imprensa e na opinião pública em geral, sendo rejeitado pelo parlamento o que levou à queda do governo em 16 de Setembro de 1890."[52]

Eduardo Abreu, agora deputado pelo Partido Republicano, insurge-se contra o tratado**,** e remete uma carta contundente ao líder do partido progressista, José Luciano de Castro. (ver anexo)

D. Carlos escreve ao seu tio Príncipe Eduardo VII *"escreveu ao seu "querido tio", o filho da rainha Vitória, a explicar, com "toda a franqueza", que o que lhe interessava era poder conseguir da Inglaterra não muito, mas apenas o suficiente para dar "satisfação ao chauvinismo de muitas pessoas". Era tudo uma questão de aparências. Infelizmente, a questão era a mesma do lado inglês, como o príncipe de Gales notou: "é preciso que entendas que nós também temos de lidar com uma opinião pública que, apesar de melhor instruída, é igualmente exigente.*

(…) No Outono de 1890, ainda insistia em explicar à sua "querida tia", a rainha Vitória, que "a nossa situação aqui é extremamente grave". Sem a benevolência inglesa, estaria "comprometida" a "tranquilidade interior" do país, e também a de Espanha, "porque qualquer movimento republicano aqui provocaria imediatamente outro em Espanha-. Por isso, pedia à tia para "influenciar o vosso governo, de modo que desta vez ao menos as nossas modestas pretensões sejam escutadas", e para "se lembrar que quem vos pede isso é o vosso sobrinho muito devotado".[53]

[52] MAGALHÃES, José Calvet de , *Breve História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Europa-América, 1990, p.202

[53] D. Carlos, carta à rainha Vitória, 23.10.1890, ms., em RAW, RAJ — 66/68. In RAMOS, Rui, *Op. Cit.*, p.61

Esta insistência manifestava o interesse do rei pela evolução dos acontecimentos no continente africano. Mas o Ultimatum provocou danos irreparáveis na monarquia portuguesa com a sucessão de governos e com o enfraquecimento da já débil economia nacional. Os défices aumentavam e caminhava-se para a falência. Apenas ficavam reforçados os ideais republicanos.

Lord Salisbury, responsável pelo Ultimatum e pelo alerta para a mobilização da frota inglesa, é, na opinião de Malyn Newitt[54], o principal culpado por uma das maiores imprudências diplomáticas da política britânica do século passado.

Os próprios ingleses reconheciam a imprudência de lord Salisbury. O *Star* de Gladstone, dizia "Se Portugal fosse um covil de piratas chinezes, habituados a torturar os seus prisioneiros, em vez de ser como é tradicional alliado europeu da Grã-Bretanha,não seria decerto tratado por esta, com mais summario processo, nem com mais arbitraria brutalidade". O *Bradford Observer* fala em "atropello de que Portugal tinha sido victima". Durante a assembleia anual da Greater Manchester Camera, um dos assistentes, M. Rasdex, considerou que o Governo de sua Majestade tinha sido "violento, deshonesto e arbitrario" para com o seu velho aliado.

Os periódicos franceses nomeadamente o Journal des Dabats e o Temps apelidavam o governo inglês de "descarado, brutal e cynico". O Imparcial de Madrid questionava: "Expiará a Grã-Bretanha algum dia este feito e outros analogos?" [55]

A *Gazeta de Portugal* publicava no dia 11 de Janeiro incentivos à rebelião popular contra o Partido Progressista e os Britânicos com chavões nomeadamente:

"Mas os traidores e os cobardes teem o seu castigo n'este mundo"; "As circumstancias são graves"; "Não é possível esperar, ou contemporisar por mais um instante"; "Portugal difficilmente pode recuperar a sua situação antiga, depois do que se passou; mas ao menos, que o mundo inteiro saiba que se fez justiça a essa gente sem brio e sem sentimentos, que assim destruiu e enfraqueceu a sua pátria";" Que se faça justiça a essa gente e que não haja demoras, nem delongas"; "A parte britannica das negociações foi tratada com um espirito, que se tivesse sido usado para com uma grande potencia, haver-nos-hia envolvido infallivelmente n'uma guerra, e n'uma

[54] NEWITT, Malyn, *A Historv of Mozambique,* London, Hurst & Company, 1995, p. 347

[55]"Correio da Extremadura" in *Correio do Ribatejo,* Sexta, 19 Fevereiro 2010 http://www.correiodoribatejo.com/index.php?option=com_content&view=article&id=874:o-31-de-janeiro-a-revolta-do-porto-conclusao&catid=50:noticias-de-topo

guerra em que, demais, os observadores neutraes teriam sido compellidos a considerar-nos como aggressores de proposito deliberado"[56]
Segundo o *Star* tinham sido entregues, em Madrid, 6.000 bilhetes de apoio à posição lusa.
Os italianos, austríacos e alemães procuraram exercer alguma influência junto de Lord Salisbury para que não fosse tão radical para com o governo português.
O deputado republicano Raphael Maria de Labra defendia a posição portuguesa no parlamento espanhol. No parlamento italiano o deputado Mazzlein perguntava ao Primeiro Ministro Francesco Crispi como tencionava proceder. O mesmo acontecia em França com o deputado republicano Jules Gallard em relação ao ministro dos negócios estrangeiros Eugène Spuller.
Marcello Caetano, anos mais tarde, viria a considerar ter sido um erro político não se ter nesta última fase negociado simultaneamente com Inglaterra, reconhecendo que *dormíramos demasiado sobre a certeza da posse.*[57]
O facto é que tais acontecimentos precipitaram Portugal para uma das derrotas diplomáticas mais humilhantes da nossa História. Os ingleses pareciam não estar dispostos a abdicar do seu papel preponderante em África como potência colonizadora.

[56] "Correio da Extremadura" in *Correio do Ribatejo*, Sexta, 19 Fevereiro 2010 http://www.correiodoribatejo.com/index.php?option=com_content&view=article&id=874:o-31-de-janeiro-a-revolta-do-porto-conclusao&catid=50:noticias-de-topo
[57] CAETANO, Marcello, *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*, 4.ª edição, Lisboa, Edições Ática, 1971, p. 138

<u>Anexo</u>

Capítulo VI da Acta Geral de Berlim

"Cap. VI — Declaração relativa às condições essenciais a preencher para que as novas ocupações nas costas do continente africano sejam consideradas efectivas".
Art.° 34 — A Potência que de futuro tomar posse de um território nas costas do continente africano situado para além das suas possessões actuais, ou que, não as tendo tido até então, vier a adquiridas, ou do mesmo modo a Potência que vier a adquirir um Protectorado, acompanhará o respectivo Acto de uma notificação dirigida às outras potências signatárias da presente Acta, a fim de as habilitar a apresentar, se houver fundamento para tal, as suas reclamações".
Art.º 35 — As Potências signatárias da presente Acta reconhecem a obrigação de assegurar, nos territórios por elas ocupados, nas costas do Continente africano, a existência de uma autoridade suficiente para fazer respeitar os direitos adquiridos e, caso haja lugar, a liberdade de comércio e de trânsito nas condições em que vier a ser estipulada"

***

Ofício do Capitão-general de Angola José de Oliveira Barbosa para o marquês de Aguiar

"Ill.mo e Ex.mo Sr.

Tenho a honra de levar à Respeitável Presença de V. Ex.ª as Cartas que me foram remetidas de Tete pelo Governador dos Rios de Sena vindas por terra em consequências da descoberta da comunicação das duas Costas Oriental e Ocidental de África tanto desejada; e nesta ocasião vão, embarcados na Fragata Príncipe Dom Pedro os Pombeiros Pedro João Baptista e Amaro José, do Tenente Coronel Director da Feira do Mucary Francisco Honorato da Costa, a cujas diligências e fadigas se deve o êxito deste trabalho. e levam os Roteiros da jornada para serem apresentados na Secretaria de Estado desta Repartição.

Deus Guarde a V. Ex.ª
São Paulo de Assunção de Luanda, 25 de Janeiro de 1815
José de Oliveira Barbosa.

Ofício de Constantino Pereira de Azevedo, Governador dos Rios de Sena para o conde das Galveias

“Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Conde das Galveias.

Tendo Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor determinado no ano de 1799 ver se conseguia a abertura do caminho de Sua Capital de Angola para estes Rios de Sena, a fim de que os seus Povos tanto da África Ocidental como da Oriental, pudessem girar com o seu comércio com mais vantajosos lucros do que até agora o podiam fazer: assim como também puderem circular as noticias de uma Costa a outra com mais brevidade, do que se pudessem fazer pelos Navios, e tendo encarregado a dita abertura por este lado Oriental ao Governador que foi destes Rios Francisco José de Lacerda e pelo lado Ocidental ao Ex.mo D. Fernando de Noronha Capitão General de Angola, encarregando este ao Tenente Coronel Comandante e Director da Feira de Casange Francisco Honorato da Costa, sucedeu que desta parte Oriental faleceu o dito Governador Lacerda no sitio de Cazembe, tendo feito o seu descobrimento até o sitio donde faleceu, e da outra parte Ocidental, com efeito conseguiram os Escravos do dito Tenente Coronel acima mencionado, a dita abertura até o Cazembe; cujos Escravos tem estado ha quatro anos ano dito sitio sem que tivessem meios de se conduzirem a esta Vila para darem as referidas noticias, e vendo eu que esta Vila se achava um pouco destituída de comércio por má inteligência que tem havido com alguns Régulos que a cercam; e querendo eu de alguma forma ampliar esta falta chamei ao Quartel da minha Residência em Maio de 1810 a Gonçalo Caetano Pereira homem muito antigo, e muito prático destes Sertões, e tratando com ele sobre o aumento que desejava que esta Capitania tivesse no seu comércio lhe pedi me descobrisse algum lugar para onde pudesse com vantagem comerciar; este me respondeu que antigamente vinham a esta Vila negociar os Vassalos do Rei de Cazembe, e que desde o tempo em que intentamos a abertura do caminho nunca mais aqui tinham vindo e que ignorava, o motivo; uns diziam ser pela desordens que os nossos fizeram no dito Cazembe depois da morte do Governador Lacerda, e outros diziam era por que aquela Nação andava em Guerra desde esse tempo com a Nação Muizes, e pedindo eu ao dito Gonçalo Caetano Pereira me desse três Escravos seus para eu mandar de Embaixada ao dito Rei Cazembe para ver se movia aquela Nação a tornar outra vez a esta Vila com o seu comércio como dantes faziam, este me facultou os seus Escravos, cujos mandei de Enviados ao dito Rei Cazembe, e vendo este lá chegar os ditos Escravos tomou a deliberação de me mandar uma Embaixada composta de um grande, e cinquenta homens seus vassalos, na

qual me manda dizer que no seu Reino existiam há quatro anos aquelas duas Pessoas que tinham vindo da parta de Angola, cujos mandava entregar; os quais chegaram a esta Vila em 2 de Fevereiro do presente anho, trazendo-me uma Carta de seu Amo, cuja Carta tenho a honra de remeter a V. Ex.ª a Cópia, e perguntando eu aos sobreditos, se queriam voltar voluntariamente pelo mesmo caminho por onde tinham vindo, me responderam que sim, porém que era preciso eu dar-lhes as providências necessárias para o sobredito transporte, aos quais mandei dar setecentos panos de valor de duzentos e cinquenta reis fortes cada um, e dando de tudo parta ao meu Capitão General, assim como também saber dele se à Real Junta daquela Capital me levava em conta a. sobredita despesa, e quando não a pagaria dos meus soldos, de cujo ofício ainda não coube no tempo receber resposta.
Eu deveria fazer alguma ponderação a V. Ex.ª sobre este descobrimento, por que não acho maior inteligência nos ditos Descobridores, porém ao mesmo tempo conheço segundo a sua capacidade fizeram muito, e como estes agora tornam pelo mesmo caminho vão insinuados por mim o modo como devem fazer a sua derrota, e as averiguações que devem fazer, a inteligência em que acham aqueles Régulos; se com efeito nos deixarão. passar francamente por aqueles caminhos, e quais os mimos que lhes deveremos oferecer; de tudo vão industriados por mim; e estes prometem dar um exacto cumprimento aos , referidos objectos com todas as clarezas necessárias, entregando ao Ex.^{mo} Capitão General de Angola tudo quanto acharem tendente à dita abertura; o que tudo participo a V. Ex.ª para que V. Ex.ª se sirva de o pôr na presença de S. A. Real o Príncipe Regente Nosso Senhor.
Tenho também a honra de remeter a V. Ex.ª a Derrota que me ofereceram os Descobridores, a qual é N.º 1, assim como também um papel das perguntas que fiz aos referidos o qual é N.º 2, e a Carta que me dirigiu o Tenente Coronel Amo dos referidos Descobridores, a qual é N.º 3.
A Ilustríssima e Excelentíssima Pessoa de V. Ex.ª Deus Guarde por, muitos anos.

Quartel da Residência da Vila de Tete 20 de Maio de 1811. [58]

***

[58] in http://www.arqnet.pt/portal/pessoais/pombeiros1.html

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Conde das Galveias, do Conselho de S. A. Real, Ministro e Secretário dos. Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.

Constantino Pereira de Azevedo, Governador dos rios de Sena

O Governo de Sua Majestade Britânica não pode aceitar, como satisfatórias ou suficientes, as seguranças dadas pelo Governo Português, tais como as interpreta.

O Cônsul interino de Sua Majestade em Moçambique telegrafou, citando o próprio major Serpa Pinto, que a expedição estava ainda ocupando o Chire, e que Katunga e outros lugares mais no território dos Makololos iam ser fortificados e receberiam guarnições. O que o Governo de Sua Majestade deseja e em que mais insiste é no seguinte:

Que se enviem ao governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas para que todas e quaisquer forças militares portuguesas actualmente no Chire e nos países dos Makololos e Mashonas se retirem.

O Governo de Sua Majestade entende que, sem isto, as seguranças dadas pelo Governo Português são ilusórias.

Mr. Petre ver-se-á obrigado, à vista das suas instruções, a deixar imediatamente Lisboa, com todos os membros da sua legação, se uma resposta satisfatória à precedente intimação não for por ele recebida esta tarde; e o navio de Sua Majestade, Enchantress, está em Vigo esperando as suas ordens.

Legação Britânica, 11 de Janeiro de 1890.

***

“Illustrissimo e Excelentíssimo Senhor Conselheiro José Luciano de Castro, digníssimo chefe do partido progressista - A convenção assignada em Londres em nome do Rei de Portugal com o fim, dizem os frios personagens signatários d'aquelle papel de estreitar os vínculos de amisade que unem as duas nações não é só um abysmo de perfídias e subtilezas jurídicas à altura de doutores chicaneiros, é também torpíssimo libello que infama e escravisa para sempre toda a terra portuguesa.

Não morrem as nações só quando as fere em cheio o génio da guerra servido pela espada victoriosa, gravando na pedra ou no bronze que vai esconder a Pátria moribunda - finis Poloniae. Uma nação também morre e deshonrada quando os que sentem, os que pensam e podem, assistem impassíveis em nome da ordem a que se vote e ratifique um convénio que é a própria desordem, pois que colloca essa nação, perante o mundo, em estado de quebra fraudulenta de brios e de bens - finis Lusitaniae.

Na desgraçada convenção de 20 de Agosto, desde o artigo em que Portugal se obriga a não ceder a qualquer potencia terra portugueza, sem o consentimento da Gran Bretanha, até ao artigo em que Portugal é obrigado a construir um caminho de ferro, partindo de uma bahia portugueza, avançando por territórios portugueses, tudo isto porém, terra, estudos, engenheiros e capitães, vigiados e fiscalizados por um membro da variada policia ingleza - um engenheiro nomeado pelo governo britannico (artigo XIV) - é tudo uma vileza. Tudo aspira e respira num traiçoeiro e criminoso ambiente de erros e de baixezas. Como é que o plenipotenciário portuguez foi descendo tanto, sempre de concessão em concessão, até admitir que num tratado de limites se escrevesse e publicasse que engenheiros portuguezes estudando em campo portuguez fossem sempre assistidos por um espião inglez? No parlamento qual será o engenheiro civil com voz para approvar o tratado? E fora do parlamento, n'outros que a nação deve reunir, qual será o engenheiro militar que, sem tremer de justa cholera e de altiva indignação., queira desabainhar a sua espada para defender o tratado à ordem de um poder executivo transformado em servo, sócio e advogado da espionagem britannica?

Não ha uma só clausula do tratado simplesmente consoladora. Em todas, absolutamente em todas, vê se a guerra adunca do tal cavalheiro da mais nobre Ordem da Jarrateira, rasgando fibra a fibra os lombos do enviado extraordinário de Sua Magestade Fidelíssima. Em todas se vê, e é isto o que fere, Portugal escarnecido, espoliado, submettido para sempre ao

protectorado da Gran-Bretanha, sujeito enfim a arrastar-se como um pedinte pelos tribunaes de arbitragem sempre que convier à Inglaterra, directamente pelo missionário ou indirectamente pelo indígena, faltar como costuma à fé dos tratados. A Inglaterra, vendo na sua frente um negociador de capa à hespanhola, discursando brilhantemente em portuguez vernáculo e soffrivelmente em francez de littoral, sabendo de cór vários códigos e podendo interpretar os seus artigos de mil maneiras todas dífferentes, sempre com o mesmo timbre na voz, sempre com a mesma compostura de corpo, amenisando a conversa com as historias alegres d'esta terra, de cinco em cinco minutos collocando gravemente a mão direita sobre a região cardíaca para fallar de responsabilidades, sacrifícios, dôr, patriotismo, etc. - a Inglaterra, repito, em frente de tal negociador, avaliou o estofo dos collegas que o enviavam.

Portanto, não hesitou só minuto. Do Oriente salta para o Occidente e negoceia Angola, com a mesma facilidade com que negociara Moçambique. E assim embrulham num mesmo tratado a pátria africana! Está, pois, aberto conflicto de morte, não entre partidos, pois todos parecem mesquinhos perante a magnitude da questão, - mas entre o estrangeiro senhor dos mares, e esta nossa velha, fraca, mas muito estremecida pátria.
Portugal está ameaçado na sua integridade, no seu commercio, na industria e navegação, na sua honra e autoridade, não por um acto positivo de força - até hoje tem sido só e sempre assim que as nações costumam ceder terreno pátrio, - mas por um tratado imposto calculada e friamente, com todas as cerimonias, praxes e facilidades, como se se tratasse de um simples convénio de extradicção. D'esse conflicto Portugal ha-de sahir necessariamente morto e deshonrado, ou digno e vivo. No primeiro caso acceitando o tratado; no segundo, rejeitando-o. A nação, e com a nação a justiça universal, o apoio e a sympathia das raças latinas, estará com aquelles que poderem e souberem luetar, de reducto em reducto, até ao ponto de ser impossivel a votação ou a ratificação de similhante convénio. A opposição parlamentar, onde o sentimento patriótico vibra por igual, terá força, todavia, dentro e fora do parlamento para conseguir a rejeição do tratado? O problema é de uma excepcional gravidade: eis porque tenho a subida honra de me dirigir a V. Exa, solicitando a convocação das minorias progressistas de ambas as casas do parlamento.

Certamente que é V. Exa o primeiro a conhecer e a saber pesar as responsabilidades da questão, e por isso V. Exa já terá decidido como e quando convocará as minorias. Portanto, V. Exa far-me-há justiça, crendo

que estas imperfeitas linhas nem de leve conteem uma qualquer indicação política.
São apenas um desabafo, por me sentir vexado, como todos os bons e leaes portuguezes, pelas ultrajantes disposições do tratado. Exprimem também o desejo de sacrificar as minhas pobres forças pela Pátria, cuja honra e existência estão em perigo.
Sou com a maior consideração - De V. Exa, muito att.°, ven. am.° obrg. - Lisboa, 31 de Agosto de 1890-Eduardo Abreu, deputado pela Ilha Terceira".[59]

***

"A ocasião não é propriamente para chorarmos as nossas desventuras, nem para discussões estéreis e inúteis. No momento em que esta gloriosa nação atravessa uma crise assustadora, acerquemo-nos todos da bandeira portuguesa para a defendermos corajosamente das brutalidades do aristocrático marquês de Salisbury, que só pensa em nos roubar, confiado na superioridade das forças britânicas e na indiferença das outras nações do mundo. Esqueçamos por um instante as divergências políticas e unam--se todos os partidos em derredor da mesma bandeira, que é a da Pátria, aquela que outrora tremulou desassombrada nas cinco partes do mundo e que Serpa Pinto ainda hoje empunha briosamente nos pontos mais arriscados do continente africano. O momento não é azado para retaliações, nem para a propaganda revolucionária dos republicanos. Não nos descuidemos porque amanhã pode ser tarde. Abatam-se as bandeiras partidárias para se içar bem alto a bandeira nacional. O governo deve ser o primeiro a ensarilhar as armas. Inspirando confiança aos adversários, eles não recearão seguir-lhe o exemplo. (...) A intimação do governo de S. James melindrou-nos nos nossos sentimentos patrióticos porque não estávamos acostumados a humilhações; e Salisbury atreveu-se a tanto porque dormíamos há 70 anos e não estávamos precavidos. Ouvimos ornear o aristocrático marquês e tivemos a imprudência de adormecer novamente sem nos munirmos de um vergalho.
Suportámos por isso os couces do sendeiro quando outrora não temíamos os rompantes do leão que tantas vezes se rojou humilde a nossos pés. Oxalá que a lição nos aproveite e que o desforço se não faça esperar. A guerra que promovemos às mercadorias da Grã-Bretanha, e que, infelizmente, ainda não é geral, merece o

[59] FORJAZ, Jorge Pamplona , *Op. Cit.*, pp.45-47

apoio de todos e é a única que lhe poderíamos fazer com vantagem nas circunstâncias actuais. Portugal, porém, necessita de se desforçar energicamente logo que se lhe ofereça ensejo. (...) Armemo-nos também até que venham melhores dias; e sem perda de tempo, corramos a pontapés os que se embebedam com o nosso vinho e vão depois vomitar no Times as infâmias mais grosseiras. Vamos! Não percamos um momento.
Acerquemo-nos da bandeira nacional e icemo-la bem alto onde não cheguem as afrontas brutais do marquês de Salisbury e da cáfila de bandoleiros que o aplaude nas suas aventuras atrevidas e desonestas (...)".